



OS DESAFIOS DE INCLUIR O ALUNO ESPECIAL NA ESCOLA REGULAR

Autor: Maximiliano José Carvalho Varjão¹

RESUMO

O presente artigo científico tem como objetivo primordial evidenciar as muitas dificuldades de inclusão dos alunos especiais na Rede Pública e Regular de Ensino. Muitos profissionais se furtam ao direito de prestar assistência a esta clientela alegando que não sabem lidar com a mesma a que vai à contramão de todas as orientações metodológicas e pedagógicas, sobretudo daquelas que oferecem suporte a inclusão de alunos deficientes na Escola Regular. Essa situação pode causar grandes desconfortos entre os alunos e traumas com aqueles que se sentem (e são) excluídos por suas limitações. É preciso acreditar e buscar meios de viabilizar essa aprendizagem. As diferenças podem enriquecer os conteúdos a serem aplicados, além de transformar aulas comuns em grandes experiências para toda a turma, sem separação entre alunos e professores. Todos acabam ganhando quando se abre oportunidades para que o novo aconteça e possa transformar pensamentos e atitudes antigas em novos momentos para crescer e aprender.

Palavras-chave: Desafios, Inclusão, Alunos Especiais, Escola Regular.

ABSTRACT

The present paper aims to highlight the many difficulties of primary inclusion of special students in regular education and public network. Many professionals transpires the right to provide assistance to this clientele claiming that can't handle the same what goes against the grain of all methodological and pedagogical guidelines, especially those that support inclusion of students disabled in regular school. This situation can cause major discomfort among students and traumas with those who feel (and are) deleted by its limitations. We must believe and seek ways to facilitate this learning. The differences can enrich the content to be applied, in addition to becoming common lessons in great experiences for the whole class, no separation between students and teachers. Everyone ends up winning when it opens opportunities for the new happen and can transform old attitudes and thoughts on new times to grow and learn.

Keywords: Challenges, Inclusion, Special Students, Regular School.

RESUMEN

El presente trabajo pretende destacar las muchas dificultades de inserción primaria de alumnos especiales en educación regular y la red pública. Muchos profesionales se desprendan el derecho a prestar asistencia a esta clientela alegando que el mismo no puede manejar lo que va contra el grano de todas directrices metodológicas y pedagógicas, especialmente aquellos que apoyen la inserción de los estudiantes con discapacidad en la escuela regular. Esta situación puede causar gran malestar entre los estudiantes y traumas con los que se sienten (y son) eliminados por sus limitaciones. Debemos creer y buscar maneras de facilitar este aprendizaje. Las diferencias pueden enriquecer el contenido que se

¹ Doutorando em Ciências da Educação da Universidad Interamericana do Paraguai, e-mail: maximilianovarjao@gmail.com.



aplicará, además de convertirse en clases comunes de grandes experiencias para toda la clase, no hay separación entre estudiantes y profesores. Todo el mundo termina por ganar cuando abre oportunidades para el nuevo sucederá y puede transformar las viejas actitudes y pensamientos en nuevos tiempos para crecer y aprender.

Palabras-clave: Desafíos, Inclusión, Alumnos especiales, La escuela regular.

1. Introdução

Incluir a criança e o adolescente no contexto educacional não é tarefa fácil. Isso se deve ao fato de haver uma discrepância enorme entre as propostas de inclusão do aluno especial e a realidade das escolas brasileiras, sobretudo públicas.

De certo houve um avanço considerável nas políticas educacionais de inclusão. Mas estes novos parâmetros não dialogaram com a prática das escolas. O que ocorreu foi, na verdade, uma melhoria no ordenamento jurídico assistencial, mas as escolas não foram preparadas (de fato) para receber esses novos alunos na Modalidade Regular.

O que se observa em praticamente toda a rede de ensino, seja esta de competência municipal ou estadual, é uma prática pedagógica dissociada da teoria documental. Pouca estrutura é oferecida aos alunos deficiente² como interpretes de Libras ou que auxiliam em outros tipos de acompanhamentos.

Um exemplo bem ilustrativo é a inserção dos alunos cegos na Escola Regular. Uma simples máquina de Braille (semelhante a uma antiga máquina de escrever) é uma utopia nas Escolas Públicas (e até mesmo nas privadas) essa limitação tecnológica é apenas uma entre as muitas que comprometem a inclusão das crianças e adolescentes em todo sistema público de ensino do Brasil.

Lamentavelmente, essa situação incorre em diversos contextos educacionais no país. São muitas as crianças e adolescentes que estão à margem da sociedade e da inserção educacional. Esse processo de exclusão, muitas vezes não intencional, contraria uma das principais previsões constitucionais que é conhecido como Princípio da Isonomia³, que prevê:

² Termo usado nas Políticas Educacionais de Inclusão. Ao contrário do que muitas pessoas pensam chamar uma pessoa de deficiente não é um ato preconceituoso, mas um ter usado no meio jurídico.

³ Ou seja, Princípio da Igualdade.



Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes. (BRASIL, 2008).

O artigo quinto da Constituição Federal do Brasil é enfático ao afirmar que todas as pessoas são iguais em direitos e deveres. Assim sendo, é contraditório pensar em um tratamento diferente para pessoas que são “diferentes”. O fato de o aluno ser especial, deficiente no caso, não faz deste um ser marginalizado social ou educacionalmente. Logo, deve-se incluí-lo na sua plenitude e não incluir excluindo e para isso, tem que estruturar as escolas tanto arquitetonicamente quanto pedagogicamente para receber as diversas deficiências e esta estruturação está longe de acontecer, mas cabe a todos cobrar para oportunizar a verdadeiramente a inclusão.

1.1 Justificativa

Esta pesquisa é relevante por acreditar que é importante evidenciar que tratar as pessoas com igualdade vai muito além de oferecer as mesmas circunstâncias para quem a vida deu características diferentes. Em virtude disso, é esperado que a escola ofereça um tratamento igualitário, mas respeitoso, sobretudo, quando se fala em atender as peculiaridades de cada discente incluído na Educação Regular.

A escolha do título deste trabalho “Os desafios de incluir o aluno especial na escola regular” originou-se devido as nossas inquietações referente às dificuldades encontras por nós professores, gestores e pais no que se refere à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na maioria das escolas públicas brasileiras. Desta forma, acreditamos na relevância desta pesquisa por considerar que os possíveis panoramas que possam ser revelados por esta pesquisa contribuam para futuras pesquisas e sirvam como elementos de bases para que os órgãos instituintes de leis e portarias, que regem os funcionamentos e melhorias na inclusão de forma verdadeira e efetiva dos alunos com necessidades educacionais especiais, possibilitando repensar em melhorias para o que o processo seja realmente de inclusão oferecendo uma educação de qualidade para todos.

1.2 Problemas de pesquisa e objetivos da pesquisa

O presente artigo parte do seguinte questionamento: quais desafios para inclusão dos alunos especiais na escola regular? Em virtude deste Problema de Pesquisa foi elaborado o objetivo da pesquisa:

1.3 Objetivo

O presente artigo tem como objetivo evidenciar as muitas dificuldades de inclusão dos alunos especiais na Rede Pública e Regular de Ensino.

2. Metodologia

A metodologia científica (ou Metodologia do Trabalho Científico) tem a função primordial de fundamentar um trabalho e/ou pesquisa acadêmica. Esta, por sua vez, possui de diversos parâmetros entre os quais se destacam as diretrizes provenientes da Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT. De acordo com Ruiz (2002, p. 137) uma das primeiras etapas que competem à constituição de um trabalho científico (neste caso artigo científico) é a definição de método científico (ou abordagem) que é entendido como: “um conjunto de etapas e processos a serem vencidos ordenadamente na investigação dos fatos ou na procura da verdade”. Sendo assim, é imprescindível ao pesquisador o seguimento de todas as etapas que compõem a constituição de um trabalho acadêmico.

Andrade (1999) explica que a metodologia de um trabalho científico deve ser entendida como sendo um conjunto de técnicas atreladas a métodos e tendo por finalidade a investigação de possibilidade (também chamadas de hipóteses), sendo determinante a observação de cada uma das etapas que antecedem a constituição do trabalho propriamente dito. É de suma importância que a pesquisa seja feita com base em planejamento e imparcialidade, mesmo àquelas que não usarão de Pesquisa de Campo, ou seja, mesmo as pesquisas de cunho bibliográfico. (LUIZ, 2009, p. 63)

Já no que tange à fundamentação bibliográfica esta tem como objetivo o aprofundamento do assunto tratado. De acordo com Gil (1999, p.65) “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...] parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisa bibliográfica”, sendo realizada do dia 23 de maio a 05 de julho de 2018 usando como palavras chaves: Desafios, Inclusão, Alunos Especiais, Escola Regular.

3. Os desafios de incluir o aluno especial na Escola Regular

A constituição deste artigo pretende olhar como a inclusão escolar de pessoas deficientes está sendo feita no Ensino Regular. É importante registrar que o processo de valorização e reconhecimento das diferenças contribuem para a melhoria da autoestima dos alunos e, conseqüentemente, da inserção dos mesmos no Sistema Regular de Ensino, ou seja, a valorização da pessoa que possui alguma deficiência se mostra como sendo algo essencial para vida escolar e educacional.

A inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no Brasil ainda é um desafio. Nesse meio, a inclusão de alunos especiais é cada dia mais desafiador isso porque existem muitas dificuldades ainda não foram superadas e alguns problemas que estão longe de serem solucionados de forma efetiva.

Do ponto de vista social, as dificuldades são (muitas vezes) em função do despreparo dos educadores que atuam em classe de ensino regular, algumas pessoas com necessidades especiais ainda vive no contexto da segregação. Lamentavelmente esse despreparo docente tem seu início ainda nos cursos de formação de professores, como apresentam Silva e Arruda (2014):

Em relação à formação, fica cada vez mais difícil a situação do professor, porque as universidades pouco os preparam para lidar com alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), saem despreparados, já que na sua formação não tem um curso específico para lidar com eles. Muitos professores ainda reclamam que falta, também, o suporte de profissionais da área da especificidade para trabalhar com essas crianças, já que as mesmas necessitam de uma atenção especial, um trabalho diferenciado. (SILVA & ARRUDA, 2014, p.12).

No prisma educacional as dificuldades são diversas a exemplo da total falta de estrutura das unidades educacionais no tratamento com alunos



especiais atrelados a limitação dos alunos que motivos patológicos ou biológicos não envolveram alguma habilidade o que prejudica demasiadamente o aprendizado. Lamentavelmente, atrelado a essa situação está à falta de preparo por parte dos docentes para lidar com a Educação Especial, seja por falta de conhecimento técnico e pedagógico, seja pela ausência de interesse dos mesmos frente ao número (relativamente pequeno) de alunos deficientes que frequentam o Ensino Regular.

A escola é um espaço onde coexistem diversos atores, que se situam não apenas no espaço da escola, mas também fora dela, em contextos que envolvem a comunidade escolar, a família e outros grupos sociais. Como aprendizes, professores, alunos, funcionários da escola, familiares, estarão convivendo e construindo de forma conjunta o cotidiano da escola, cada um e todos ao mesmo tempo imprimindo a sua marca pessoal e coletiva. Por isso a escola é entendida como um espaço fundamental para o desenvolvimento e aprendizagem do ser humano, mas ao mesmo tempo as vivências escolares estão de tal forma naturalmente presente nas nossas histórias de vida que só nos damos conta desta importância quando somos impedidos de vivenciar tal realidade. (SANTOS, 2009, p. 255).

Um exemplo bem corriqueiro compreende a inclusão de alunos surdos na Escola Regular. Quando a inclusão do aluno não ocorre de forma coerente com os parâmetros oficiais alguns docentes terminam por isolar o aluno surdo dos demais estudantes da turma o que em nada contribui para a melhoria do processo valorização das competências e habilidades dos alunos, mesmo os especiais.

Na verdade, o que se espera da inclusão é o livre convívio dos alunos especiais com os alunos “normais” na Escola Regular. Os alunos devem ser inseridos em diferentes realidades, assim estes terão um desenvolvimento melhor uma vez que o processo de socialização do educando é umas das etapas primordiais para o desenvolvimento integral do aluno.

Os discentes especiais possuem direitos a uma vida de igualdade⁴ e merecem uma atenção diferenciada por conta de suas necessidades especiais. É preciso existir uma integração nas quais cegos, surdos, mudos, deficientes físicos e etc. para que estes possam interagir, conviver e comunicar-se com as outras pessoas, essa integração exigirá atitude de cooperação e reciprocidade. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial o processo de integração se baseia no princípio de "normalização", que significa "oferecer os portadores de necessidades especiais modos e condições de vida diárias os mais semelhantes

⁴ Como já mencionado, trata-se do Princípio da Isonomia – ou seja, da igualdade.



possíveis às formas e condições de vida do resto da sociedade". A PNEE é apenas uma das inúmeras leis que assistem a pessoa com deficiência como se pode observar a seguir:

- Constituição Federal de 1988 Lei n.º 7.853/1989: Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
- Declaração de Salamanca/1994: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.
- Lei n.º 9.394/1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)
- Lei n.º 10.098/2000: Estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência.
- Decreto n.º 3.956/2001: Promulga a Convenção Interamericana da Guatemala para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
- Lei n.º 10.436/2002: Reconhece LIBRAS (língua brasileira de sinais), como língua oficial no País juntamente com o Português.
- Resolução CNE/CEB N.º. 04/2009: Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
- Decreto n.º 6.949/2009: Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
- Decreto n.º 7612/2011: Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- Decreto n.º 7611/2011: Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
- Lei n.º 12.764/2012: institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
- Lei Estadual n.º 10.162/2014: Proíbe a cobrança de valores adicionais para matrícula ou mensalidade de estudantes com deficiência e dá outras providências.

(BRASIL, 2016, p. 01)

A lei é incisiva ao afirmar que todas as crianças e adolescentes têm o direito pleno a educação, mesmo as que possuem necessidades educacionais especiais independente da sua condição física. É dever da família, sociedades e do Estado oferecer as condições necessárias para que as pessoas consigam concluir as etapas e os níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e, se Possível, Educação Superior.

É necessário compreender e respeitar as diferenças culturais existentes entre os alunos especiais e os discentes “normais”, isso porque as pessoas “normais” também têm muitas dificuldades mesmo assim continuam a tratar os especiais como um grupo de deficientes ou incapacitados.



Um exemplo é caso do tratamento que é dado à pessoa surda: a cultura de surdos, apesar de ser um grupo pequeno em relação aos ouvintes, não pode ser encarada com uma *subcultura*, pois a cultura surda é fundamentada através de seus comportamentos, valores e atitudes. Não existe uma cultura que seja mais importante que outra e nenhuma divisão entre surdos/ouvintes. Sá (2006, p. 3) alerta ao dizer: "[...] não se trata de colocar a cultura surda de um lado e a cultura ouvinte de outro, como se estivesse tratando de oposições binárias, mais tratasse da tentativa de proclamar os surdos enquanto grupos sociais e também pela característica cultural que se organiza".

Algumas pessoas são resistentes à cultura surda, algumas por incompreensão e outras por preconceitos, onde algumas pessoas entendem que o surdo (ou qualquer outro deficiente) e algo "anormal", esse tipo de segregação não é mais aceita nos dias de hoje, pois com os direitos e deveres conquistados os deficientes são iguais às outras pessoas que não possuem limitações físicas, mentais, motoras, globais e etc. O exemplo do aluno surdo é apenas um entre tantos que decorrem dentro das Escolas Públicas de ensino regular no Brasil. Outra situação que pode corroborar com essa contextualização diz respeito aos alunos que possuem limitação cognitiva, mais conhecida como deficiência mental.

A deficiência mental constitui um impasse para o ensino na escola comum e para a definição do Atendimento Educacional Especializado, pela complexidade do seu conceito ... (MEC, p. 2007, p. 11).

Incluir o deficiente mental no ambiente escolar não é tarefa fácil isso se deve ao fato de que além dos problemas já mencionados neste artigo segue-se uma política de falta de apoio aos profissionais da educação quem não sabem como lidar com o deficiente mental tanto aqueles que são agressivos quanto os demais que têm as funções básicas comprometidas. O próprio Ministério da Educação e da Cultura reconhece que lidar com a deficiência mental é um desafio para a escola:

A deficiência mental desafia a escola comum no seu objetivo de ensinar, de levar o aluno a aprender o conteúdo curricular, construindo o conhecimento. O aluno com essa deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber, que não corresponde ao que a escola preconiza. Na verdade, não corresponder ao esperado pela escola pode acontecer com todo e qualquer aluno, mas os alunos com deficiência mental denunciam a impossibilidade de a escola atingir esse objetivo, de forma tácita. Eles não permitem que a escola dissimule essa verdade. As outras deficiências não abalam tanto a escola comum, pois não tocam no cerne e no motivo da sua urgente transformação: considerar a aprendizagem e a construção do conhecimento acadêmico como uma conquista individual e intransferível do aprendiz, que não cabe em padrões e modelos idealizados. (MEC, p. 2007, p. 16).



Ao efetivar o aluno no Ensino Regular, o prosseguimento da escolarização oferece as pessoas chances no que diz respeito ao exercício efetivo de sua cidadania e desenvolvimento social e intelectual, possibilitando assim a vivências culturais e a valorização da vida em sociedade. Segundo Sá (2006) é através da imersão no meio educacional que muitos alunos se deparam com a cultura o que lhe é favorável à construção de novos seus valores, relações interpessoais, aprimoramento de costumes e etc.

3.1 Atitudes Pedagógicas no Atendimento Educacional

Frente a todos os entraves que interferem no processo de ensino e aprendizagem da Educação Especial é imprescindível que os educadores assumam uma postura mais orientada e direcionada a cada realidade de inclusão na Escola Regular. Apesar dos esforços dos poderes competentes pouco se tem avançado no sentido oportunizar aos alunos especiais aulas inclusivas que vençam as barreiras metodológicas e físicas.

Felizmente aos poucos a discriminação para com as pessoas com deficiência vem sendo superadas. A cultura da inoperância vem perdendo espaço para as novas ideologias de inclusão e equiparação de oportunidades.

É importante salientar que o são muitas as orientações metodológicas e didáticas para as pessoas especiais no ambiente escolar.

O **deficiente mental** deverá receber atendimento educacional especializado de acordo com o seu nível de desenvolvimento e das suas limitações. Orienta-se que as aulas ocorram em salas comuns da Rede Pública ou privada de ensino. É importante que se tenha atendimento especializado para que as ações de inclusão sejam, de fato, eficientes.

O portador de **deficiência física** deve ter um o atendimento educacional na proporção de suas limitações. A acessibilidade é o primeiro passo para a assistência da pessoa com deficiência física. Orienta-se que este tipo de aluno seja incorporado ao ensino regular público ou privado, com ou sem acompanhamento pedagógico direcionado – uma vez que as limitações físicas geralmente não comprometem o sujeito em demasia. Quando o aluno for melhorando seja por conta das limitações físicas, seja pelo avanço pedagógico as práticas



educativas vão sendo aprimoradas dentro de cada realidade.

O portador de **deficiência visual** deverá receber atendimento educacional dentro da própria rede regular de ensino ou mesmo em Centro de Atendimento Especializado para Deficientes Visuais. Em ambos, o aluno deve ter a vivência de Braille, provas e textos impressões em letra grande (quando há baixa visão). A presença de acompanhante é permitida no ambiente escolar e somente contribui para a melhoria do processo de inclusão do cego em sala de aula.

O portador de **deficiência múltipla** deverá ser avaliado por uma equipe multidisciplinar, inclusive com a presença de um psicopedagogo, que avaliará o grau de comprometimento físico e cognitivo do aluno e estabelecerá um planejamento direcionado para cada aluno. Aqueles que possuem pouco comprometimento podem frequentar o ensino regular sem nenhum prejuízo, desde que devidamente acompanhado pelos profissionais da unidade escolar.

Valorizar a inclusão é permitir a construção da cidadania, de identidade de cada ser, as lutas e conquistas de direitos a educação, saúde, trabalho são os principais resultados de momentos difíceis passados ao longo da história. Os obstáculos sociais e humanos impõem limitações à prática de uma cidadania completa e de uma vida participativa e digna.

Na história da humanidade é sabido que nenhuma sociedade se construiu sem que houvesse um desenvolvimento pleno em todas as áreas de convivência humana. É preciso firmar a educação como um espaço no qual todo o corpo docente, funcionários, e a própria unidade escolar aprendam a efetivar cotidianamente os direitos das inclusões.

4. Considerações Finais

A inclusão de pessoas com deficiência está longe de ser efetiva. Os problemas que assolam as salas de aula em praticamente todo o país somente atrapalham no processo de ensino e aprendizagem. Por mais que se tenha feito todo um esforço no sentido de inserir o deficiente no ensino regular pouco se observou no que tange ao suporte que deveria ser dado em sala de aula para os alunos que possuem alguma (ou várias) deficiência (s).

Muitas são as legislações, decretos, leis, resoluções que preveem diversos direitos e

assistências à pessoa com deficiência, mas neste contexto, estabelece-se uma relação paradoxal quando se fala em teoria documental e prática docente. De um lado têm-se as inúmeras previsões já abordadas ao longo deste estudo; do outro, a lamentável realidade a “educação especial”.

Mesmo havendo todo um referencial teórico em torno da inclusão do aluno especial o assunto continua sendo polêmico e possibilitando grandes discursões. As previsões legais, muitas vezes, não são sequer conhecidas pelos profissionais da educação que permanecem aplicando as mesmas metodologias para públicos cada vez mais heterogêneos.

A proposta de incluir a criança, o adolescente na Escola Regular até representa um importante avanço na efetivação das propostas de inclusões. No entanto, as barreiras físicas, intelectuais, ideológicas e técnicas continuam imensas quando o assunto é a sala de aula. Assim sendo, cada um dos tipos de deficiência: global, física, mental, visual, surdo e cegueira e etc. devem receber tratamentos interdisciplinares teórica e pedagogicamente orientados.

É preciso que todos os sujeitos desse processo entendam que muito mais que inserir um aluno deficiente na Escola Regular é preciso superar as barreiras da ignorância, da falta de conhecimento técnico, pedagógico, operacional – sendo todos esses essenciais uma vez que é somente através do conhecimento das peculiaridades do sujeito que a Educação Inclusiva deixará de ser apenas política e passará a ser efetiva dentro dos princípios de igualdade e respeito à pessoa que estão previstos na mais alta diretriz brasileira, a Constituição Federal.

REFERÊNCIA

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico:** Elaboração de Trabalhos na Graduação. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

AURELIO, **O minidicionário da língua portuguesa.** 4a edição revista e ampliada do minidicionário Aurélio. 7a impressão – Rio de Janeiro. 2018.

BRASIL. **Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2008.

_____. **Todos juntos por uma educação inclusiva.** Ministério Público do Estado do Espírito Santo. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.



LUIZ; Bervian,. **Metodologia Científica**. 5ed- São Paulo: Prentice Hall, 2009.

MEC. Ministério da Educação. **Atendimento educacional especializado**. 2007.

SANTOS, MJ., GALVÃO, NCSS., and ARAÚJO, SC. **Deficiência visual e surdocegueira**. In: DÍAZ, F., et al., orgs. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 255-264. ISBN: 978-85-232-0928-5.

SÁ, Nídia Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

SILVA, Ana Paula Mesquita da; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Martins. **O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar**. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 - 2014.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia da pesquisa: guia para eficiência nos estudos**. Cap. 1 e 2. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.